

HISTÓRIA E MEMÓRIA EM QUILOMBOS DO SEMIÁRIDO PIAUIENSE: PATRIMÔNIO E IDENTIDADE CULTURAL

Adauto Neto Fonseca Duque

Maria Alveni Barros Vieira

Raimundo Nonato Rodrigues de Souza

Universidade Estadual do Piauí / duqueadauto@yahoo.com.br

Universidade Federal do Piauí / alvenibarros@bol.com.br

Universidade Estadual Vale do Acaraú / raisouza2013@hotmail.com

Resumo: O artigo discute pressupostos contemporâneos de memória, oralidade e patrimônio em quilombos no semiárido piauiense. Espaço de intensa militância social, mas ainda carente de explicação quanto a sua formação étnico-cultural, a identidade negra e a valorização do seu patrimônio histórico alicerçado em lutas e tradições negras. Discutimos e apresentamos narrativas orais, acervo patrimonial imaterial como documentos históricos que traduzem acontecimentos e os modos de vida dos antepassados quilombolas. Assim, emergem fontes, metodologias que explicitam formas ancestrais de vivências vivificadas no tempo presente por moradores de comunidades negras rurais capazes de construir identidades na luta e na concretização de direitos constitucionais. Em visitas a comunidades do Vale do rio Guaribas e Canindé coletamos as falas de sujeitos que (re)significam suas ações pela valorização de sua cultura ancestral. Como resultado dessas narrativas temos uma infinita produção de saberes ligados a cura, as danças de roda e de promessas, reisados e modos de cuidar da terra e do espaço ambiental ocupado que são peculiares ao sertão. Portanto, temos nos quilombolas do semiárido piauiense um símbolo do passado de luta, mas também uma referência de representantes da cultura regional e precisam apoiar-se na dinâmica do tempo presente. Ainda de lutas (in)glórias que fazem ressurgir histórias do tempo da escravidão.

Palavras-chave: Quilombo, Semiárido, Patrimônio, Memória, Identidade.

INTRODUÇÃO

No Brasil, quilombo, é um conceito modificado na perspectiva sócio-política, econômica, cultural e nas ações afirmativas dos governos recentes. O quilombo histórico realmente não está mais presente em qualquer parte do Brasil, mas há uma memória de luta, de resistência e necessidade de proteger os lugares da memória, da tradição e preservação de vivências enquanto descendentes dos escravos negros presentes da história do Brasil.

A constatação da experiência de grupos que ao longo do tempo (re)significam suas vivências, para construir a sua sobrevivência, nos coloca diante do patrimônio material e imaterial como objeto a ser explicado por áreas do conhecimento tais como a antropologia, a

(83) 3322.3222

contato@conadis.com.br

www.conadis.com.br

história e a educação. Pesquisas que emergem de fontes, metodologias e resultados que explicitam as formas ancestrais de vivência que são vivificadas no tempo presente por moradores de comunidades negras rurais no semiárido piauiense.

Pesquisas e publicações recentes da antropologia, etnografia, história e educação lançam para a sociedade temas que ampliam conhecimentos acerca da presença e contribuição negra na formação da sociedade brasileira. A necessidade de superarmos estereótipos negativos quanto a influência cultural e étnica do negro no Brasil alargam os espaços de estudos e o arcabouço de informações sobre danças de promessas, festas religiosas, saberes de cura e formas de convivência com os espaços naturais ocupados pelos grupos tradicionais.

Em anos posteriores a Constituição Federal de 1988 constatamos avanços em direitos garantidos aos grupos negros em diferentes esferas, mas ao Estado coube momentos de negação da presença negra e/ou o fomento à discursos de “invisibilidade expropriadora” territorial e cultural, atualmente se concretizam ações de proteção e salvaguarda do patrimônio das comunidades quilombolas presentes na maioria dos estados brasileiros.

No Piauí, os quilombolas, em fóruns e seminários discutem a religiosidade, as práticas e saberes que constituem o patrimônio material e imaterial das comunidades. A continuidade dessas práticas ancestrais depende dos moradores das comunidades, mas perpassa pela valorização externa e até mesmo pela garantia de ocupação das terras de seus antepassados. Dando resolução aos anseios, em 2009, o Governo do Piauí aprova o documento sob o título de “Regularização de territórios de quilombo no Piauí” enfatizando que esses espaços devam garantir “preservação dos seus costumes, tradições, cultura e lazer, englobando os espaços de moradia e, inclusive, os espaços destinados aos cultos religiosos [...]”.

Em constantes visitas e atividades acadêmicas no quilombo Custaneira, município de Paquetá, Piauí, vivenciamos a constante necessidade de (re)afirmação das histórias dos antigos negros que ocuparam os espaços do semiárido. Esse sentido de afirmação identitária constrói os saberes e cria o interesse dos moradores em aprofundar os conhecimentos sobre os modos de vivência de seus antepassados. Conhecer para valorizar e fazer frente aos constantes embates que estabelecem com os elementos da contemporaneidade tais como a substituição que os jovens fazem das histórias dos antigos pelas histórias da televisão. Não se trata de um discurso contrário a modernidade, mas uma forma de fazer a todos os moradores sujeitos pertencentes e orgulhosos da trajetória histórica e dos saberes de seus antepassados.

Na Universidade Estadual do Piauí, Campus de Picos, produzimos trabalhos sobre as comunidades quilombolas no vale do rio Guaribas, região centro-sul do Piauí. Pesquisas e

artigos apresentados em forma de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) dos alunos concluintes do curso de pedagogia. As pesquisas dão ênfase às transformações que os quilombos da região vivenciam na organização de documentos para auto reconhecimento e também Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) e junto aos órgãos competentes encaminhar os pedidos de regularização de suas terras com base no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, CF 1988, que garante terras aos quilombolas. Direito nem sempre respeitado pela burocracia do Estado. Em busca de direitos sociais são utilizados os mecanismos da cultura, da memória e as histórias que marcam a trajetória dos grupos negros rurais quilombolas. A continuidade e proteção das memórias é parte da vida cotidiana e essencial para encaminhar as demandas juntos ao poder público.

Nas comunidades é visível a organização de eventos para mostrar “a cultura” como as danças de roda, samba de cumbuca (Comunidade Trás da Serra), Lezeira (Comunidade Custaneira) e o trabalho manual com cerâmica (comunidade Potes). Manifestações tradicionais inscritas como saberes e práticas herdadas da ancestralidade negra presente no semiárido do Piauí e marca historicamente as comunidades quilombolas. Conhecimentos essenciais para sobreviver numa região em que o clima e a terra são marcados pela aridez, mas proporcionam sobrevivência a quem sabe respeitar e conviver na adversidade natural.

A cultura local, entendida como patrimônio imaterial, fundamenta no tempo presente os mecanismos da identidade, pois reforça o sentimento de pertença a um grupo com história peculiar de resistência e demonstra a construção e uso sistemático dos saberes como fundamental na trajetória de uma sociedade. Os quilombolas fazem parte dessa sociedade, mas a todo momento são reclamados a reafirmar o valor das suas práticas e da sua cultura. Respondendo positivamente com histórias, memórias e saberes demonstram que os indivíduos externos a realidade quilombola precisam ainda trilhar um caminho de respeito aos grupos que constroem uma trajetória de vivência diferenciada no sertão do Piauí.

Nesse contexto, realizamos um mapeamento territorial e cultural dos quilombos no centro sul do Piauí o que nos proporcionou reconhecer e pensar positivamente a presença, as memórias, a tradição e o acervo patrimonial dos quilombos como elemento indissociável da História regional e local. Trabalhos dessa natureza proporcionam pensar o Piauí sob o olhar atento da contemporaneidade, buscando reafirmar valores em contraposição a negação do valor da tradição que remonta ao passado na formação social e cultural de uma sociedade.

DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Os quilombos do Piauí se integram no contexto histórico das ações afirmativas e colocam em evidência sua história e as memórias coletivas que são estruturadas diante de realidade de embates e/ou a busca por direitos constitucionais. Não raro as comunidades estão em conflitos por terras e aquelas tituladas a partir do Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias mantém uma constante ampliação de seu acervo de histórias, saberes e práticas que alicerçam a sua diferenciação enquanto detentoras de um passado singularizado pelo processo escravista brasileiro.

Ao conhecer os quilombos do Piauí percebe-se uma identidade baseada em fragilidades de um passado em construção. A forma como estruturam suas vivências ancora-se na cultura de seus antepassados negros escravos, mas são constantemente questionados sobre a reafirmação da sua história como detentores de memórias e práticas de seus ancestrais negros. E nesse contexto, as fragilidades que poderiam advir de um passado que é lembrado em danças, religiosidade e saberes tendem a ser transformadas em peculiaridade do processo histórico regional marcado pela miscigenação entre brancos, negros e indígenas.

Para conhecer o acervo cultural dos quilombos no estado do Piauí é preciso pensar no esforço para dar conta da dinâmica social e estar ciente das dificuldades espaciais, pois somente o território denominado Vale do Rio Guaribas, compreende 39 municípios e no mapeamento oficial constam pelos menos 50 comunidades quilombolas.

Nessas comunidades há intensa mobilização para fazer do acervo imaterial da cultura local um instrumento de valorização étnica e fundante de identidade projetada territórios. Em visitas as comunidades do município de Paquetá constata-se ausência do poder público em fomentar assistência à manutenção dos aportes culturais. No entanto, mesmo diante das dificuldades, seja econômica ou o olhar desconfiado dos vizinhos, os quilombolas realizam suas festas e fazem do passado escravo uma lança em direção a conquistas no futuro próximo.

A congregação está presentes em encontros de quilombolas nos quais mostram o acervo cultural traduzido em danças, folguedos, reisados e ritos religiosos que envolvem moradores e visitantes. Os eventos nos quilombos não tem espaço para discriminar. A busca da união e respeito entre todos é uma marca dos quilombos que envolvem a todos em uma roda de sentimentos e sentidos que transcendem a própria dinâmica de reprovações e olhares negativos em relação as manifestações da cultura praticada como cotidiano vivificado em todos os momentos da realidade local.

SOMOS, ASSIM, QUILOMBOLAS DO PIAUÍ

Nos quilombos do semiárido há um conjunto de ações entendidos como acervo de práticas que remontam aos tempos antigos, mas com significados de resistência diante do poder público e dos indivíduos céticos em relação à validade dos testemunhos que estão configurados na vivência dos quilombos na contemporaneidade. São perspectivas da história das margens, pois “se volta para o estudo de grupos num território. Grupos que seriam filhos de uma história, de uma língua e de um conjunto de costumes comuns, costumes em permanente reconstrução graças aos jogos de oposição ou inclusão com os grupos vizinhos” (DEL PRIORE; GOMES, 2004). Vivências nem sempre margeadas pelo equilíbrio de forças, pois o quilombo é pressionado por agentes externos e até entre seus indivíduos há desconfiças em relação à história e a memória construída nos embates sociais.

A trajetória dos quilombolas no Brasil pode ser verificada em dezessete artigos de especialistas no tema escravidão, que estão na coletânea Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil, organizada por J. J. Reis e Flávio dos Santos Gomes. Os textos “percorreram o mapa brasileiro e o atravessamento temporal que flui do século XVII até o presente. Exibindo um contexto geral, de sul a norte do país a fuga de escravos é mostrada como prática incessante de busca da liberdade, dignidade” (MEIRY, 1998).

No passado a fuga construiu a liberdade. Contemporaneamente, a força da identidade quilombola e o patrimônio cultural aparecem como elementos necessários na luta das comunidades negras. Estas entendidas como tradicionais e detentoras de um patrimônio imaterial caracterizado por um conjunto de conhecimentos e valores transmitidos do passado ao presente, mas com uma carga de significados e valor simbólico e prático.

No Piauí, a conjuntura desfavorável tende a se desintegrar e as comunidades, apoiadas pelos investimentos em ações afirmativas seguem com suas tradições e demonstram intensa capacidade de (re)significar vivências individuais e coletivas. Um exemplo peculiar das comunidades piauiense está no fato as compras de terras para garantir a posse das propriedades ocupadas por quilombolas.

Contudo, as mudanças em uma sociedade começam a partir da observação dos mecanismos colocados em marcha na redefinição da realidade de determinados grupos sociais. No caso dos quilombos do Piauí são recentes suas manifestações em torno da percepção de grupo étnico diferenciado pela trajetória histórica. As lutas cotidianas afloram o sentimento de revolta contra traços marcantes da escravidão, como a violência, a privação de

bens e a exclusão social ainda presentes na realidade dos afro-descendentes. Permanências também visualizadas na luta pela terra, pelo reconhecimento de sua alteridade, no combate à discriminação racial e nas práticas para manter vivas as tradições de seus antepassados escravos.

Pelo despertar da consciência cultural e do valor de suas memórias os quilombolas agora lutam por seus direitos baseados na legislação e na força de seu patrimônio simbólico herdados “por tabela” de seus ancestrais. Assim, a prática de comprar a terra que por direito histórico e garantido pela legislação é uma realidade que ficou em outro tempo e não tem espaço nas perspectivas atuais de luta pela terra.

Lutar contra as imposições sociais é uma realidade constante, pois vivenciar a discriminação, sentir a exclusão social e sofrer pressão de agentes exteriores não são fatos que ocorrem unicamente com os grupos negros. Para tanto, basta observar a trajetória das nações indígenas, numa construção constante pela sobrevivência étnica e cultural e manutenção de seus espaços, elementos fundantes de pertença e de identidades.

Na contramão da ideia de valorização estão os diferentes usos possíveis da própria história e no caso do semiárido quilombola concordamos com o antropólogo José Arruti (2006) quando afirma “tratar-se mesmo de uma conversão simbólica do próprio quilombo como metáfora. Ainda que nunca tenha tido a força e a disseminação que passa a ter depois dos anos 1970, o quilombo sempre foi um tema que instigou o imaginário político”. Sendo o Estado o maior divulgador das pretensas ações de valorização social, transportadas para o plano político como ações afirmativas.

Nesse contexto, os quilombos estruturam suas vivências a partir da legislação que garante uma valorização e fomento as manifestações da cultura local. A questão de valorização está presente tanto na questão do patrimônio edificado quanto no imaterial. No entanto, é preciso pensar e entender os usos que cada elemento inserido no contexto da modernidade assume na sociedade atual: “É preciso que estejamos atentos para além de um patrimônio ‘material’ que é também estático, e pensarmos em um patrimônio imaterial que é dinâmico, que pode caminhar, um patrimônio que tem leveza e movimento” (ARARIPE, 2004).

Tal como um edifício que precisa ser restaurado para manter-se como símbolo de um passado longo ou recente o conjunto de elementos que constituem “o inventário de celebrações e práticas religiosas de quilombolas, dos lugares que reputam como importantes para sua identidade ou como marcos de seus territórios, dos ofícios, modos de fazer, saberes e

formas de expressão (SOUZA FILHO; ANDRADE, 2012), passam por adequações realidade de cada sociedade. E nos quilombos esses conhecimentos e celebrações extrapolam limites quando se caracterizam por contar histórias de tempos imemoriais.

Trabalhamos na perspectiva de conhecer e pensar criticamente o patrimônio imaterial. No quilombo este constitui um acervo determinado pela história, mas também pela luta política e cultural travada nos últimos anos por conta de políticas públicas direcionadas aos grupos etnicamente diferenciados. Sendo um conceito enfaticamente trabalhado pela antropologia, no quilombo, podemos construir a historicidade e entender a sua utilização pelas comunidades tradicionais: negras e indígenas.

Tal tendência encontra sua base de apoio em relevantes razões interligadas. Esses universos culturais abrigam circuitos de consumo, produção e difusão culturais organizados por meio de dinâmicas e lógicas próprias que diferem em muito dos demais circuitos consagrados de produção cultural e, ao mesmo tempo, a eles articulam-se importantes questões relativas ao desenvolvimento integrado e sustentável. (CASTRO, 2008)

“Universos culturais” marcado por memórias que apresentam acontecimentos “dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não” (POLLAK, 1992). Daí a riqueza de informações apresentadas nas narrativas, pois trazem fatos vivos, ou, de acordo com Pollak, “vividos por tabela”, rememorados por um indivíduo em sua leitura pessoal e individual, mas carregada de elementos e acontecimentos coletivos. Assim, a memória assume o estatuto de “reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional” (ROUSSO, 1998).

A memória, nas comunidades tradicionais, assume o conceito básico de memória viva e “têm fornecido um quadro físico para esse jogo das lógicas concorrentes de representações de um evento passado - o quilombo - e de construção de um discurso histórico e político correspondente, diante dos desafios do presente” (VÉRAN, 1999).

Assim, a história dos quilombolas, descendentes da escravidão, passa a ser estudada como um campo de possibilidades coerentes com suas reivindicações e pelas quais os sujeitos envolvidos numa teia de tensões culturais, políticas e econômicas, estão constantemente (re)construindo suas vivências, tomando o cotidiano como simbologia de embates e conflitos. Assim, dimensionam a própria identidade dos indivíduos na relação com a sociedade não negra e que historicamente desrespeita formas ancestrais de relação com a natureza, com a produção da terra e com a simbologia da religiosidade própria dos grupos de matriz africana.

A capacidade de lidar com essa dinâmica de conflitos constata a reforma a identidade de negros livres para buscar direitos e “no que se refere ao indivíduo, identidade pode ser um *estado* – resultante, por exemplo, de uma instância administrativa [...] uma *representação* – eu tenho uma ideia de quem sou – e um *conceito*, o de identidade individual...” (CANDAU, 2011). Nesse contexto, de acordo com Natália Brayner Guerra:

durante sua vida, as pessoas constroem suas identidades ao se relacionarem umas com as outras em diferentes contextos e situações. A identidade de uma pessoa é formada com base em muitos fatores: sua história de vida, a história de sua família, o lugar de onde veio e onde mora, o jeito como cria seus filhos, fala e se expressa, enfim, tudo aquilo que a torna única e diferente das demais (GUERRA, 2007).

As comunidades quilombolas mantêm intenso contato com órgãos do Governo Federal como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Fundação Cultural Palmares. Também se apropriam de conceitos e durante fóruns e encontros de quilombolas conhecem a experiência de outros espaços que passaram por processos de autoconhecimento e valorização de suas tradições.

Os espaços, designados simbolicamente como terra de negros, terra de santos ou quilombos ganham conotações diferenciadas e diversificadas, principalmente porque o território que produz a sobrevivência também é capaz de se constituir em lugar de tradição e manutenção da vivência de uma coletividade.

Tanto o patrimônio quanto a identidade, elemento dinâmico e presente no cotidiano dos remanescentes, passa por redefinições, configurando-se como símbolo da diferenciação entre os grupos. Alicerçados em passado de resistência, os quilombolas, envolvidos na demarcação de espaços e na continuidade da força da cultura negra rompem com o isolamento histórico e reforçam a identidade étnica negra, detentora da tradição e da memória sobre a escravidão. Memória negativa que aos poucos vai se reestruturando a partir do conhecimento e do valor não da violência do cativo, mas na resistência e na luta pela liberdade representada na fuga e na formação dos mocambos ou quilombos.

PARA ENTENDER O CAMINHAR NO QUILOMBO

Para compor um quadro de possibilidades de conhecer, mapear e discutir os mecanismos da identidade e do acervo patrimonial quilombola devemos lançar mão dos aportes da história oral. Entendemos a oralidade nas diversificadas expressões como músicas, cantigas de roda, poemas, xingamentos das manifestações folclorizadas, enfim, uma

inesgotável fonte de informações que podem ser coletadas a partir de entrevistas, conversas informais ou transmitidas nas práticas cotidianas.

Apontando o patrimônio como fio condutor de determinadas percepções do quilombo se faz necessário visitas periódicas e de mapeamento das comunidades que estão em fase de autoreconhecimento, aquelas tituladas e outras em processo de organização. Os olhares atentos às manifestações da cultura local devem ser realizados com suporte antropológico, estruturando entendimento prático acerca da identidade e a construção das memórias.

Devemos problematizar o conceito de identidade apropriada pelos grupos sociais envolvidos no contexto da tradição e do uso do passado. A sociedade está em mudanças e historicamente os conceitos também mudam com o tempo. Perceber de qual identidade os quilombolas estão se apropriando? Negra escrava? Resistência à escravidão? Essas questões poderão vir a tona na dinâmica das entrevistas, na observação e na análise da documentação que será construída e/ou coletada. Nesses momentos, de lembrar e contar para um interlocutor atento, a oralidade estabelece uma intensa linha de condução entre presente e passado que reforça condutas cotidianas:

Na recuperação da história dos excluídos, os depoimentos orais podem servir não apenas a objetivos acadêmicos, como também constituir-se em instrumentos de construção de identidade e de transformação social. Ainda que nessa segunda linha se introduzam conceitos de memória coletiva, não se evidencia uma discussão mais aprofundada sobre as implicações do uso da noção de memória. (Ferreira, 2002: 327).

Pensando o movimento quilombola na atualidade e a mobilização pela legalização de suas terras, utilizamos a história do tempo presente, pois proporciona mecanismos para entender as transformações, os usos, as territorialidades e as temporalidades históricas. Cabe nesse caso uma crítica de Marieta de Moraes Ferreira considerando a oralidade e temas no tempo presente como objetos caros também aos historiadores profissionais:

O desprezo dos historiadores universitários pela história recente explica também o porquê da desqualificação dos testemunhos diretos. [...] A explicação para essa situação deve-se ao fato de que o período recente não exigia uma farta cultura clássica, nem o controle dos procedimentos eruditos do método histórico. Os que se interessavam pelo contemporâneo na verdade concebiam a pesquisa histórica como um meio de ação política (Ferreira, 2000: 113).

As comunidades étnicas no Brasil estão vivenciando seus embates ancorados em simbologias e representações, justificando e até criando estratégias de utilização do passado como condição de sobrevivência no presente. Assim, “a necessidade de se ativar ou materializar o que existe em estado oral retido na memória, ou mesmo o que foi abafado por

processos de cerceamento, quase sempre acontece por desafio da própria comunidade [...] no tempo presente, reinventam o passado mal resolvido” (Meyhy e Holanda, 2010:25).

Trabalhar com comunidades negras rurais, na perspectiva da História do Tempo presente e aproximação com a antropologia, nos leva a assumir uma postura estratégica de construção e produção de fontes. A metodologia aplicada pela História Oral fundamentam os imbricados caminhos da memória e a oralidade são imprescindíveis na construção do aparato documental para análise. Tratamos de entender as percepções e construção do cotidiano de lutas por direitos sociais e manutenção de suas peculiaridades.

Partindo de observações nas comunidades formatamos fontes históricas, seguindo aportes teóricos e metodológicos para lidar com a oralidade, a memória e, principalmente com as entrevistas, pois:

(...) ser bem-sucedido ao entrevistar exige habilidade. Porém, há muitos estilos diferentes de entrevistas, que vão desde a que se faz sob a forma de conversa amigável e informal até o estilo mais formal e controlado de perguntar, e o bom entrevistador acaba por desenvolver uma variedade do método que, para ele, produz os melhores resultados e se harmoniza com sua personalidade. Há algumas qualidades essenciais que o entrevistador bem-sucedido deve possuir: interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e, acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar. (THOMPSON, 1992:254).

Através da tradição oral os remanescentes são capazes de expressar vivências conflituosas, vida sociocultural ameaçada e também as tentativas de preservar valores do passado e do presente. Vidas, valores e pensamentos como componentes do passado quilombola, expressado através da família, dos ancestrais e de todos os mecanismos informais construídos pelos saberes da tradição. Diante do universo desvendado pela tradição oral – danças, literatura, poesia, cantos, histórias, provérbios, etc. - que registra a memória de um povo, tornando-se fonte para a história.

A História Oral proporciona “encontros” e “a reconstrução da história torna-se, ela mesma, um produto de colaboração muito mais amplo, em que não-profissionais devem desempenhar papel crucial. Ao atribuir um lugar central em seus textos e apresentações, a pessoas de toda espécie, a história se beneficia enormemente” (Thompson,2002).

Uma questão latente nos quilombos do Piauí é a regularização fundiária. A posse comprada de fato tem uma representatividade ao nível da legalidade, mas não denota uma posse pela simbologia de pertença a história negra da região. Assim, para os moradores dessas comunidades a regularizada numa documentação identificando a área como antigo quilombo reforçará e garantirá a manutenção da identidade quilombola, a salvaguarda do patrimônio e a valorização social. É um “encontro” de sujeitos vivos com suas memórias vivas.

(83) 3322.3222

contato@conadis.com.br

www.conadis.com.br

CONCLUSÕES

Pensamos a atualidade do movimento dos quilombolas no Brasil a partir da mobilização de ações e agentes públicos como fomentadores da preservação de seus valores culturais. A história do tempo presente fornece mecanismos para entender as transformações, os usos, as territorialidades e as temporalidades como elementos dinâmicos em uma coletividade carente de problematizações sobre sua historicidade e reconhecimento dos valores da cultura regional. O que nos mobiliza para aprofundar estudos sobre as práticas da tradição e os mecanismos colocados em marcha em favor dos quilombos do semiárido e contra os poderes (públicos ou privados) que atentam contra a sobrevivência étnica e cultural de sujeitos tão massacrados pela própria condição de abandono vivenciado historicamente.

No contexto das fontes, que fundamentam estudos no semiárido, é necessário sistematizar uma visão dos movimentos e da luta quilombola amparadas no conhecimento da legislação brasileira contemporânea. Principalmente, nas leis sobre as questões que se referem a salvaguarda do patrimônio étnico brasileira, as ações afirmativas e a proteção dos bens culturais que formam a diversidade da cultura nacional.

Temos assim desafios, necessidade e responsabilidade de responder e explicar questões colocadas na contemporaneidade para os historiadores, pois “o desprezo dos historiadores universitários pela história recente explica também o porquê da desqualificação dos testemunhos diretos. Esse campo dos estudos históricos acabou transformando-se em monopólio dos historiadores amadores” (Ferreira, 2000: 113). Sair do amadorismo é essencial para entender os quilombos que vivenciam seus embates étnicos e culturais ancorados em simbologias e representações, justificando e até criando estratégias de utilização do passado como condição de sobrevivência no presente.

Portanto, ao adentrar um quilombo o pesquisador tem que se dar conta de lidar com respeito e responsabilidade profissional com tudo o que está sendo produzido a partir das falas quilombolas. Além disso é preciso organizar formas de retorno positivo tanto do trabalho como de ganhos em conhecimento, explicações e documentos para a própria luta quilombolas em torno da terra e de seus direitos como sujeitos com peculiaridades históricas e culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARARIPE, Fátima Maria Alencar. Do patrimônio cultural e seus significados. **Transinformação**. 16 (2): 111-112, 2004.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo**: Antropologia e História do processo de formação quilombola. Bauru: Edusc, 2006.

BRAYNER, Natália Guerra. **Patrimônio cultural imaterial**: para saber mais. Brasília: IPHAN, 2007.

CASTRO, Maria Laura Viveiros de; FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio imaterial no Brasil**. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

DEL PRIORE, Mary; GOMES, Flávio dos Santos. **Os senhores dos rios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

GOMES, Flávio dos Santos. Nas fronteiras da liberdade: mocambos, fugitivos e protesto escravo na Amazônia colonial. In: **Anais do Arquivo Público do Pará**. Belém: Secretaria de Estado da Cultura/Arquivo Público do Estado do Pará. 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2010.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 5, (10): 200-212, 1992.

REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Liberdade por um fio**: história de quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SOUZA FILHO, Benedito; ANDRADE, Maristela de Paula. Patrimônio imaterial de quilombolas – limites da metodologia de inventário de referências culturais. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, 18 (38): 75-99, 2012.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Trad.: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VÉRAN, Jean-François. Rio das Rãs - memória de uma “comunidade remanescente de quilombo”. **Afro-Ásia**. 21-22. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais – FFCH/UFBA, (1998-1999).